



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

EEEM PROFESSOR GETÚLIO CÉSAR RODRIGUES GUEDES



PEDRAS DE FOGO/PB

2025





SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	6
2.1 MISSÃO	6
2.2 VISÃO	7
2.3 OBJETIVO GERAL	7
2.4 METAS	7
3. JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DIAGNÓSTICA	7
3.1 ANÁLISE DO IDEPB (2015-2018)	8
3.2 ANÁLISE DO SAEB (2019 E 2021)	10
3.3 CONCLUSÕES	10
4. Marco Teórico-Metodológico	11
4.1 Função Social da Escola – Valores e Princípios	11
5. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	13
5.1 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	15
5.2 NÍVEIS E MODALIDADES	16
5.2.1 ENSINO MÉDIO REGULAR (DIURNO)	16
5.2.2 Educação de Jovens e Adultos – EJA (Ensino Médio Noturno)	16
5.2.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	17
5.3 CALENDÁRIO ESCOLAR ANUAL	17
5.4 ROTINAS PEDAGÓGICAS	19
5.4.1 PLANEJAMENTO INICIAL	19
5.4.2 REUNIÕES DE ROTINA PEDAGÓGICA	19
5.4.3 CONSELHO DE CLASSE	19
5.4.4 RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS	20
5.4.5 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	20
5.4.6 APROFUNDAMENTO INTERDISCIPLINAR	20
6. FORMAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	21
6.1. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA	21
6.2. AVALIAÇÃO FORMATIVA (PROCESSUAL)	21
6.3. AVALIAÇÃO SOMATIVA	21
6.4. AVALIAÇÃO FINAL	21
6.5. AUTOAVALIAÇÃO	22
6.6. AVALIAÇÃO POR PARES	22





6.7. OBSERVAÇÃO DIRETA	22
6.8. INSTRUMENTOS AVALIATIVOS DIVERSIFICADOS	22
7.PROJETOS INTEGRADORES E INTERDISCIPLINARES.....	23
8.ATENDIMENTO À DIVERSIDADE E INCLUSÃO	23
9.RELAÇÃO COM A COMUNIDADE ESCOLAR.....	24
10.AMBIENTES E ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA.....	24
10.1. AMBIENTES PEDAGÓGICOS.....	25
10.2. AMBIENTES ADMINISTRATIVOS E DE APOIO.....	25
10.3. ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E ATIVIDADES COMPLEMENTARES	26
10.4. ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO.....	26
11.ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	26
11.1. ESTRUTURA CURRICULAR GERAL.....	26
11.3. PROJETOS INTEGRADORES E INTERDISCIPLINARES	27
11.6. ADAPTAÇÕES CURRICULARES E INCLUSÃO	28
12. PROGRAMAS EDUCACIONAIS DA REDE ESTADUAL DA PARAÍBA	28
TABELA 1 – PROGRAMAS DA SEE-PB E OLIMPIADAS DO CONHECIMENTOo	28
TABELA 2 - OLIMPIADAS NACIONAIS DO CONHECIMENTO	29
13.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	31





1. APRESENTAÇÃO

A construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Getúlio César Rodrigues Guedes deve ser compreendida como um instrumento essencial para a gestão democrática e participativa. Ele representa um espaço de reflexão crítica e coletiva sobre as práticas pedagógicas, os métodos de ensino, os valores compartilhados, a identidade institucional e a cultura organizacional da escola.

Compreendemos que a elaboração do PPP deve ser realizada de forma colaborativa, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar. Essa construção conjunta permite adotar uma abordagem de planejamento mais humanizada, refletindo decisões coletivas e alinhadas a uma proposta de educação emancipatória. O objetivo é promover transformações nas concepções e práticas educativas, visando ao aprimoramento constante do processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Veiga (2005), o PPP vai além de um simples conjunto de planos de ensino e rotinas escolares. Ele não deve ser visto apenas como uma exigência burocrática imposta às instituições de ensino. Trata-se, na verdade, de uma necessidade real de reorganização das estratégias pedagógicas da própria escola, sendo construído e vivenciado por todos os membros da comunidade escolar, em todos os momentos do fazer educativo.

O projeto pedagógico representa uma ação intencional, com um propósito claro e definido coletivamente. Por isso, todo PPP carrega também um caráter político, ao articular-se ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político, sobretudo, por assumir o compromisso com a formação cidadã, voltada para a construção de uma sociedade mais justa e democrática (VEIGA, 2005, p.13).

Nesse sentido, o PPP organiza o trabalho pedagógico em duas dimensões: primeiramente, no nível interno da escola, e, em seguida, na sua relação com o contexto social mais amplo. A proposta pedagógica deve manter uma visão de totalidade, considerando os diversos fatores que influenciam a realidade escolar.



Uma das principais características do PPP, conforme destaca Veiga (2005), é a autonomia da comunidade escolar durante sua elaboração. Essa autonomia permite à escola construir sua própria identidade, reforçando seu papel como espaço de diálogo, debate e participação coletiva.

A origem do PPP remonta à Constituição Federal de 1988, que garantiu às escolas a autonomia na elaboração de sua proposta pedagógica. Tal autonomia foi reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que em seu artigo 12 determina que os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as de seu sistema de ensino, têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.

Com base nesses princípios, a EEEM Professor Getúlio César Rodrigues Guedes reafirma seu compromisso com uma educação pública de qualidade, fundamentada em valores democráticos e inclusivos. O PPP é concebido como eixo orientador de todas as ações escolares, baseado em concepções filosóficas, pedagógicas e legais, articulando ideias sobre o ser humano, a sociedade, a educação e o currículo.

A escola, nesse contexto, é o espaço onde se concebe, realiza e avalia seu projeto educativo, organizando o trabalho pedagógico de acordo com sua realidade e orientando-se pelas diretrizes do sistema de ensino. O PPP é, portanto, uma ação intencional e um compromisso coletivo, que se expressa em duas dimensões fundamentais: a política — por promover o compromisso com os interesses da comunidade — e a pedagógica — por orientar as práticas educativas voltadas à formação cidadã. Essas duas dimensões se complementam e se fortalecem mutuamente.

Considerando essa perspectiva, o PPP é entendido como um processo contínuo de análise, reflexão e debate sobre os desafios enfrentados pela escola, possibilitando a busca por soluções coletivas e sustentáveis. Essa vivência democrática é essencial para garantir a participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo e o exercício pleno da cidadania.

Conforme Veiga (1998), o projeto pedagógico “não é um conjunto de planos e projetos de professores, nem apenas um documento que trata das diretrizes pedagógicas da instituição, mas sim um produto específico que reflete a realidade da





escola, inserida em um contexto mais amplo, que tanto influencia quanto é influenciado por ela”. O PPP explicita os fundamentos teóricos e metodológicos da escola, seus objetivos, sua organização e as formas de implementação e avaliação das práticas institucionais.

Assim, a escola torna-se protagonista na definição de suas diretrizes e estratégias, dentro dos parâmetros legais estabelecidos pelos órgãos gestores da educação. Cabe a ela decidir qual perfil de estudante deseja formar, quais metodologias irá utilizar e como organizar suas atividades pedagógicas e administrativas para alcançar os objetivos propostos.

Dessa forma, a elaboração do PPP da EEEM Professor Getúlio César Rodrigues Guedes é uma exigência legal — conforme determina o artigo 12, inciso I da LDB — e, mais do que isso, uma oportunidade de construir uma proposta pedagógica coerente com a realidade da escola. O processo de construção do projeto permitiu uma leitura ampla e fiel de todos os elementos que compõem o cotidiano escolar, possibilitando a organização de ações estratégicas voltadas para o enfrentamento das dificuldades existentes e a melhoria da qualidade do ensino.

2. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

NOME DA INSTITUIÇÃO: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Getúlio César Rodrigues Guedes

CÓDIGO DO INEP: 25117251

ENDEREÇO: Rua José Pereira da Silva – SN, Pedras de Fogo- PB

CEP: 58328-000

EMAIL: 25117521@see.pb.gov.br

CNPJ DA UEX: 04.392.394/0001-21

2.1 MISSÃO

Oferecer uma educação pública, gratuita, democrática, inclusiva e de qualidade, que promova o desenvolvimento integral dos estudantes, formando cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação social.





2.2 VISÃO

Ser referência em educação básica na comunidade, reconhecida pelo compromisso com a formação cidadã, a inovação pedagógica, a gestão democrática e a valorização da diversidade, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

2.3 OBJETIVO GERAL

Promover uma educação emancipatória, por meio da construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico, que garanta a formação integral dos estudantes e a participação ativa de toda a comunidade escolar no processo educativo, visando à melhoria contínua da qualidade do ensino.

2.4 METAS

1. **Fortalecer a gestão democrática**, garantindo a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar na construção e execução do PPP.
2. **Promover a formação continuada dos profissionais da educação**, com foco na inovação pedagógica e na inclusão.
3. **Melhorar os índices de aprendizagem e desempenho dos estudantes**, a partir de práticas pedagógicas contextualizadas e avaliativas.
4. **Fomentar a cultura da avaliação e do planejamento participativo**, como instrumentos de acompanhamento e melhoria das ações escolares.
5. **Incentivar projetos interdisciplinares e ações sociais**, que aproximem a escola da comunidade e promovam o protagonismo estudantil.
6. **Assegurar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo**, respeitando as diversidades e garantindo o bem-estar físico, emocional e social dos alunos

3. JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DIAGNÓSTICA

A partir das experiências vivenciadas no cotidiano escolar e da aplicação de um questionário direcionado ao corpo docente — abordando aspectos da dinâmica física, administrativa e pedagógica da escola — foram identificadas algumas carências estruturais relevantes, tais como a ausência de laboratórios de Biologia, Química, Física e Matemática, além da falta de um ginásio para práticas esportivas. Essas limitações impactam diretamente a qualidade do

processo de ensino-aprendizagem e dificultam a oferta de uma formação integral e significativa aos estudantes.

O levantamento desses dados tem por objetivo evidenciar os principais entraves enfrentados pela escola, permitindo a busca por alternativas viáveis de enfrentamento e superação, respeitando a responsabilidade de cada instância gestora. Essas constatações são fundamentais para subsidiar ações que promovam melhorias contínuas na qualidade da educação ofertada.

Em relação ao desempenho acadêmico, a escola passou a integrar, a partir de 2012, o Sistema Estadual de Avaliação da Educação da Paraíba – IDEPB, uma iniciativa da Secretaria de Estado da Educação (SEE/PB), em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF). Este sistema permite mensurar, por meio de dados concretos, a qualidade do ensino ofertado nas escolas da rede estadual.

3.1 ANÁLISE DO IDEPB (2015-2018)

A Tabela 1 apresenta os dados de proficiência padronizada dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, além do Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba (IDEPB), considerando as turmas de 3º ano do Ensino Médio no período de 2015 a 2018:

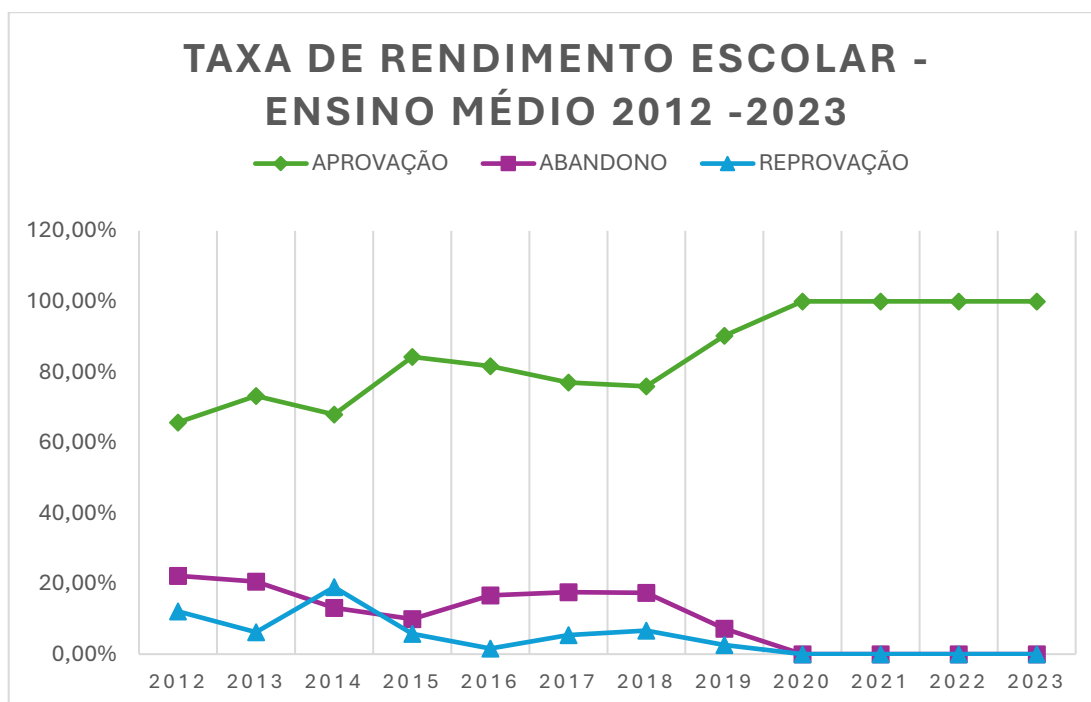
Tabela 1 – PROFICIÊNCIA PADRONIZADA DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA - IDEPB

Ano	Língua Portuguesa	Matemática	IDEPB
2015	3,186	3,502	2,3
2016	3,447	3,423	2,9
2017	3,69	3,69	3,01
2018	3,84	3,83	2,95

Observa-se uma progressão contínua nas proficiências médias dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, com destaque para os avanços em 2017 e 2018. Entretanto, o resultado geral do IDEPB teve uma leve queda em 2018, apesar do

aumento nas proficiências. Isso se deve à diminuição do índice de fluxo escolar, indicando aumento nos índices de reprovação e abandono. Ou seja, ainda que os alunos avaliados tenham apresentado melhor desempenho acadêmico, um maior número de estudantes não concluiu o ano letivo de forma satisfatória, impactando negativamente o IDEPB geral.

Análise do Gráfico 01 – Taxa de Rendimento Escolar (2012–2023)



O gráfico apresenta a evolução das taxas de **aprovação**, **abandono** e **reprovação** no Ensino Médio da EEEFM Professor Getúlio César Rodrigues Guedes ao longo do período de 2012 a 2023. A leitura desses dados revela mudanças importantes na dinâmica escolar:

- A **taxa de aprovação** oscilou entre 65% e 90% até 2019, apresentando crescimento expressivo a partir de 2020, atingindo **100% de aprovação nos últimos quatro anos (2020–2023)**. Esse dado evidencia uma importante evolução na trajetória de sucesso escolar.
- A **taxa de abandono**, que variava entre 15% e 20% até 2018, apresentou **queda acentuada a partir de 2019**, chegando a **0% entre 2020 e 2023**, o que indica uma forte melhoria nas estratégias de permanência dos alunos na escola.

- A **taxa de reprovação** manteve-se abaixo de 10% na maior parte do período, com picos em 2014 e 2018. A partir de 2019, também foi reduzida progressivamente, atingindo **0% a partir de 2021**.

Esses indicadores positivos a partir de 2019 coincidem com as melhorias apontadas nas avaliações externas (SAEB e IDEB), demonstrando um avanço consistente tanto no **acesso**, quanto na **permanência e aprendizagem** dos estudantes.

3.2 ANÁLISE DO SAEB (2019 E 2021)

Tabela 2 – Proficiência Padronizada – SAEB (Ensino Médio)

Ano	Língua Portuguesa	Matemática	Fluxo
2019	248,39	241,94	0,91
2023	258,33	258,99	1,00

A avaliação externa do SAEB (Sistema de avaliação da Educação Básica), aplicada em 2019 e 2023, evidenciou melhorias tanto nas proficiências de Língua Portuguesa quanto de Matemática. O progresso foi ainda mais expressivo nos indicadores de fluxo escolar, revelando avanços na permanência e no sucesso dos estudantes. Esses resultados contribuíram para que a escola alcançasse as metas do IDEB no Ensino Médio, atingindo o índice de 3,5 em 2019 e 4,2 em 2023.

3.3 CONCLUSÕES

Os dados de 2015 a 2018 mostram evolução nas proficiências de Língua Portuguesa e Matemática, mas queda no IDEPB em 2018 devido ao fluxo escolar, que refletiu maiores taxas de **reprovação e abandono**. Essa relação entre indicadores de rendimento e desempenho evidencia que o sucesso nas avaliações externas depende não apenas da aprendizagem, mas também da **garantia de permanência e progressão dos estudantes**.

O gráfico de rendimento escolar (2012–2023) confirma essa constatação. Nele observa-se que, até 2018, a escola enfrentava taxas preocupantes de abandono (acima de 15%) e reprovação. A partir de 2019, entretanto, a escola alcançou melhorias expressivas: a taxa de **aprovação aumentou progressivamente até atingir 100% a partir de 2020**, ao passo que os índices de **abandono e reprovação**

foram reduzidos a 0%. Esses avanços refletem ações concretas da escola no enfrentamento das desigualdades e no fortalecimento de estratégias de permanência, acompanhamento pedagógico e acolhimento aos estudantes.

Essas melhorias impactaram diretamente no resultado do SAEB. A escola atingiu a meta do IDEB em 2019 (nota 3,5) e novamente em 2023 (nota 4,2), com destaque para a evolução das médias de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, além do fluxo escolar.

No caso da EJA, permanece o desafio da **evasão escolar**, que exige abordagens diferenciadas e mais sensíveis às realidades dos jovens e adultos. Para tanto, foram inseridas ações específicas no plano de ação escolar, com foco na valorização da leitura e escrita e na contextualização da Matemática no cotidiano do trabalhador.

Assim, este PPP surge como um instrumento essencial para consolidar e ampliar os avanços já alcançados, ao mesmo tempo em que se propõe a enfrentar de forma articulada os desafios ainda existentes. Ele está em conformidade com os preceitos da LDB, que atribui às escolas a responsabilidade pela elaboração e execução de sua proposta pedagógica, e reafirma o compromisso da EEEFM Professor Getúlio César Rodrigues Guedes com uma educação pública de qualidade, democrática, inclusiva e emancipadora.

4. Marco Teórico-Metodológico

4.1 Função Social da Escola – Valores e Princípios

A escola, como instituição social, cumpre papel fundamental na formação de sujeitos críticos, reflexivos e atuantes na sociedade. Sua função vai além da simples transmissão de conteúdos: ela deve possibilitar o desenvolvimento integral dos estudantes — em suas dimensões cognitivas, físicas, sociais, emocionais e éticas — contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e participativos em um mundo em constante transformação.

Nesse sentido, a aprendizagem deve ocorrer de forma contextualizada, significativa e crítica, levando em conta a realidade social dos discentes, suas necessidades, experiências e projetos de vida. O ambiente escolar deve ser um espaço de construção coletiva do saber, de valorização das múltiplas

inteligências e de respeito às diferenças, promovendo a equidade e a justiça social.

*Conforme afirma Libâneo (2005, p.117):
"Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos."*

Para tanto, a escola precisa criar situações que favoreçam o prazer de aprender, despertando a curiosidade e o interesse dos estudantes, e fazendo com que compreendam o valor do conhecimento como ferramenta de emancipação. Paulo Freire (1996) destaca:
"Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção." A concepção de educação defendida por Freire valoriza o diálogo, o respeito às vivências dos educandos e a problematização da realidade como método pedagógico. Nessa perspectiva, o ato de educar é, ao mesmo tempo, ato político, ético e esperançoso.

*Demerval Saviani (2008) afirma:
"A prática pedagógica é uma mediação necessária entre o conhecimento historicamente acumulado e os saberes trazidos pelos alunos. O objetivo é superar a visão fragmentada do conhecimento e possibilitar a leitura crítica da realidade."*

*Libâneo (2005, p.116) reforça:
"O grande desafio é o de incluir, nos padrões de vida digna, os milhões de indivíduos excluídos e sem condições básicas para se constituírem cidadãos participantes de uma sociedade em permanente mutação."*

*José Francisco Soares (2012):
"A escola de qualidade é aquela que oferece a todos os estudantes, independentemente de sua origem, as mesmas oportunidades de aprendizagem."*

*Vitor Henrique Paro (2001):
"A escola só cumpre sua função social se garantir, de fato, o*

direito de aprender a todos, em um processo participativo, inclusivo e de valorização do ser humano."

Acreditamos, portanto, que políticas públicas educacionais e ações escolares devem fortalecer os laços entre escola e comunidade, valorizando o protagonismo dos sujeitos envolvidos. O aluno é parte ativa do processo educativo — sujeito que aprende, interage, constrói saberes e dá sentido ao seu projeto de vida.

Progestão (2001, p.45):
"Uma escola voltada para o pleno desenvolvimento do educando valoriza a transmissão de conhecimento, mas também enfatiza outros aspectos: as formas de convivência entre as pessoas, o respeito às diferenças, a cultura escolar."

Assim, a EEEM Professor Getúlio César Rodrigues Guedes defende um modelo de educação emancipatória, crítica e transformadora. O conhecimento deixa de ser mera aquisição individual para tornar-se um bem coletivo e um instrumento de transformação social.

A escola precisa, portanto, preparar-se para bem socializar os conhecimentos escolares, desenvolver competências e valores éticos, além de garantir o acesso do aluno a múltiplos saberes, respeitando sua cultura e sua identidade.

5. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

A gestão democrática, prevista na Constituição Federal de 1988 (art. 206, inciso VI) e reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), constitui-se como um dos pilares fundamentais da organização escolar. Trata-se de um modelo de administração que prioriza a participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar — gestores, professores, estudantes, pais, funcionários e parceiros institucionais — nas decisões que envolvem o cotidiano e os rumos da escola.

Na EEEM Professor Getúlio César Rodrigues Guedes, a gestão democrática é compreendida como um processo coletivo e contínuo de construção, sustentado pela corresponsabilidade, pela equidade, pela transparência e pelo diálogo entre os diferentes sujeitos que compõem a instituição. Esse modelo não se limita à participação formal em instâncias

colegiadas, mas se efetiva na escuta ativa, no respeito à diversidade de opiniões e no compromisso com a transformação social por meio da educação.

O fortalecimento da gestão democrática ocorre por meio da atuação articulada das **instituições auxiliares**, da administração escolar e das práticas pedagógicas, com o apoio técnico e político dos órgãos centrais da Secretaria de Estado da Educação. Essa articulação busca assegurar coerência entre os princípios educacionais e a organização institucional, garantindo o direito de todos à educação de qualidade socialmente referenciada.

A **autonomia escolar**, em suas dimensões **pedagógica, administrativa e financeira**, é um instrumento fundamental para a efetivação da gestão democrática e está assegurada por meio dos seguintes mecanismos:

I – A capacidade da escola de **formular, implementar e avaliar coletivamente sua Proposta Político-Pedagógica**, de modo a garantir a coerência entre os objetivos educacionais e a realidade local;

II – O funcionamento ativo dos **órgãos colegiados**, como o **Conselho Escolar**, os **Conselhos de Classe**, **Clube de Protagonismo**, **Conselho de Líderes de turmas**, que contribuem com o planejamento, a fiscalização e a execução das ações escolares;

III – A efetiva **participação da comunidade escolar nos processos de escolha ou indicação de profissionais para funções pedagógicas e administrativas**, respeitando as normas legais vigentes e os princípios da gestão participativa;

IV – A **administração transparente e participativa dos recursos financeiros**, com a elaboração, execução e avaliação do plano de aplicação de verbas públicas, previamente discutido e aprovado pelos colegiados competentes, seguindo os princípios da legalidade, economicidade e responsabilidade fiscal.

A escola entende que uma gestão democrática se realiza não apenas por decretos e normativas, mas por **práticas cotidianas que favoreçam o protagonismo dos sujeitos escolares**, o exercício da cidadania e o compromisso ético com a transformação da realidade. Assim, o processo educativo se alicerça em relações horizontais, respeitosas e dialógicas, onde o conhecimento é construído de forma coletiva e emancipadora



5.1 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Getúlio César Rodrigues Guedes **tem seu funcionamento em três turnos (manhã, tarde e noite)**, com mediação **presencial** em todas as turmas e etapas de ensino. A jornada diária é organizada conforme as especificidades de cada turno:

Turno Diurno (Manhã e Tarde)

- **Quantidade de Aulas por Dia:** 6 aulas
- **Duração de Cada Aula:** 50 minutos
- **Tipo de Mediação:** Presencial

Horário de Funcionamento:

- **Manhã:** Início às 07h00 / Término às 12h10
- **Tarde:** Início às 13h00 / Término às 18h10

Turno Noturno

- **Quantidade de Aulas por Dia:** conforme a organização curricular da EJA ou Ensino Regular
- **Duração de Cada Aula:** 40 minutos
- **Tipo de Mediação:** Presencial

Horário de Funcionamento:

- **Noturno:** Início às 18h30 / Término às 22h00

Essa organização visa garantir um ambiente propício à aprendizagem, respeitando o tempo pedagógico necessário para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no currículo. Além disso, possibilita o atendimento a diferentes perfis de estudantes, incluindo trabalhadores, jovens e adultos, assegurando o direito à educação com equidade e qualidade.



5.2 NÍVEIS E MODALIDADES

A EEEM Professor Getúlio César Rodrigues Guedes, comprometida com o princípio constitucional do direito à educação para todos, oferta diferentes **modalidades de ensino**, de modo a atender à diversidade dos sujeitos que compõem sua comunidade escolar e às especificidades de seus percursos formativos.

5.2.1 ENSINO MÉDIO REGULAR (DIURNO)

O Ensino Médio Regular é ofertado nos turnos manhã e tarde, atendendo majoritariamente adolescentes e jovens oriundos da zona urbana e rural de Pedras de Fogo e de municípios circunvizinhos. Esta modalidade tem como objetivo assegurar a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, proporcionando ao educando a preparação básica para o exercício da cidadania, o ingresso no mundo do trabalho e a continuidade dos estudos na educação superior.

A organização curricular do Ensino Médio Regular contempla as áreas do conhecimento estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Currículo da Rede Estadual de Ensino da Paraíba, sendo implementada de forma articulada com os princípios da interdisciplinaridade, contextualização e protagonismo juvenil.

5.2.2 Educação de Jovens e Adultos – EJA (Ensino Médio Noturno)

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ofertada no turno noturno, tem como finalidade garantir o direito à escolarização a jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos em idade própria. A proposta da EJA está alicerçada em uma abordagem pedagógica que valoriza os saberes prévios dos estudantes, promovendo uma educação contextualizada, dialógica e emancipatória.

O currículo da EJA do Ensino Médio é estruturado em etapas e busca articular conteúdos escolares com os saberes da vida cotidiana, respeitando as trajetórias de trabalho e de vida dos sujeitos atendidos. A escola busca

desenvolver estratégias de permanência e redução da evasão, com foco na inclusão, no acolhimento e na valorização da diversidade.

5.2.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A escola assegura, de forma transversal, o atendimento à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, promovendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

São disponibilizados apoios pedagógicos especializados, realizados preferencialmente no **atendimento educacional especializado (AEE)** e no ambiente escolar comum, com o suporte de **profissionais de apoio** e **docentes capacitados**. A proposta pedagógica é adaptada às necessidades específicas dos estudantes, considerando as orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008).

O compromisso com a inclusão também se expressa na promoção de uma cultura escolar que respeita as diferenças, combate toda forma de discriminação e incentiva práticas pedagógicas humanizadas e acessíveis a todos.

5.3 CALENDÁRIO ESCOLAR ANUAL

O calendário escolar anual da EEEFM Professor Getúlio César Rodrigues Guedes para o ano letivo de 2025 foi elaborado em conformidade com as orientações da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB), assegurando o cumprimento da carga mínima de 200 dias letivos, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).

Para o ano de 2025, o calendário contempla **202 dias letivos**, distribuídos em **quatro períodos escolares**, com início no dia **13 de fevereiro** e término em **18 de dezembro**. Os primeiros dias do mês de fevereiro serão destinados ao planejamento pedagógico, organização institucional e ao processo de matrículas.

Distribuição dos Períodos Letivos:



- **1º Período Letivo:** 13 de fevereiro a 30 de abril — *51 dias letivos*
- **2º Período Letivo:** 2 de maio a 24 de julho — *50 dias letivos*
- **3º Período Letivo:** 25 de julho a 6 de outubro — *51 dias letivos*
- **4º Período Letivo:** 7 de outubro a 18 de dezembro — *50 dias letivos*

O calendário também contempla **recesso escolar em junho**, com datas previamente definidas, e um período específico para **Recuperação Final**, entre os dias **19 e 26 de dezembro**, cujo objetivo é garantir aos estudantes novas oportunidades de aprendizagem e aprovação, de acordo com os princípios da equidade e do direito à educação. Cabe ressaltar que os dias reservados para exames finais não são contabilizados como dias letivos.

Além das aulas regulares, o calendário inclui **atividades pedagógicas complementares** destinadas ao fortalecimento da prática docente e ao acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, tais como:

- **JP** – Jornada Pedagógica
- **FD** – Formação GRE-Corpo Diretivo
- **FS** – Formação SEGEP
- **FRA** – Formação voltada à recomposição das aprendizagens

Feriados Nacionais e Estaduais que suspendem as atividades escolares:

- **1º de janeiro** – Confraternização Universal
- **3 e 4 de março** – Carnaval e Quarta-feira de Cinzas
- **18 de abril** – Sexta-feira Santa
- **21 de abril** – Dia de Tiradentes
- **1º de maio** – Dia do Trabalhador
- **5 de agosto** – Fundação do Estado da Paraíba
- **15 de outubro** – Dia do Professor
- **28 de outubro** – Dia do Servidor Público
- **20 de novembro** – Dia da Consciência Negra
- **25 de dezembro** – Natal





A organização do calendário escolar busca garantir um equilíbrio entre o cumprimento dos objetivos curriculares, o direito ao descanso dos profissionais da educação e dos estudantes, bem como o planejamento estratégico das ações escolares, respeitando os marcos legais e educacionais vigentes.

5.4 ROTINAS PEDAGÓGICAS

A rotina pedagógica da EEEM Professor Getúlio César Rodrigues Guedes está alinhada às orientações da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba para o Ensino Médio em tempo parcial, considerando as especificidades dos turnos diurno e noturno. Essa rotina compreende o planejamento, acompanhamento, execução e avaliação das práticas pedagógicas, com vistas à melhoria contínua da aprendizagem dos estudantes.

5.4.1 PLANEJAMENTO INICIAL

O planejamento pedagógico inicial ocorre no início do ano letivo, envolvendo toda a equipe gestora e docente. Tem como finalidade a análise dos documentos norteadores (PPP, Regimento Interno, Proposta de Intervenção Pedagógica - PIP), definição de metas educacionais, organização do calendário letivo e estruturação das ações estratégicas de ensino. Esse momento também contempla o acolhimento da equipe, a definição de objetivos comuns e o fortalecimento do sentimento de pertencimento e corresponsabilidade.

5.4.2 REUNIÕES DE ROTINA PEDAGÓGICA

São realizadas reuniões periódicas de caráter coletivo para garantir o alinhamento das práticas pedagógicas com os objetivos educacionais. Essas reuniões ocorrem quinzenal ou mensalmente, com pautas voltadas para o acompanhamento da aprendizagem, avaliação dos resultados, intervenções pedagógicas, organização de eventos escolares, e partilha de experiências e boas práticas.

5.4.3 CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é realizado ao final de cada período letivo, com a participação da equipe pedagógica, docentes e representantes de turmas. Tem

por objetivo a análise diagnóstica do rendimento dos estudantes, as práticas avaliativas, frequência, atitudes e sugestões de ações de recomposição, recuperação ou encaminhamentos para o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

5.4.4 RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

A recomposição das aprendizagens é desenvolvida de forma contínua, com foco nos estudantes que apresentam dificuldades em Língua Portuguesa e Matemática. As estratégias são diversificadas e podem incluir aulas de reforço, atividades assíncronas, tutoria entre pares e práticas contextualizadas. O plano de recomposição é elaborado com base em diagnósticos prévios e monitorado ao longo do ano letivo.

5.4.5 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O processo avaliativo é formativo, contínuo e cumulativo, e considera a trajetória do estudante nas diferentes etapas do ensino. A escola adota instrumentos diversos como provas, seminários, portfólios, projetos, autoavaliações e produções escritas. Os resultados da avaliação orientam as intervenções pedagógicas e o planejamento subsequente.

5.4.6 APROFUNDAMENTO INTERDISCIPLINAR

Parte integrante dos Itinerários Formativos, o aprofundamento interdisciplinar tem como finalidade desenvolver competências por meio de temas geradores, que articulam diferentes áreas do conhecimento. Os estudantes investigam, discutem e constroem propostas de intervenção social com base em problemas reais, fortalecendo o protagonismo juvenil e a formação cidadã.

Essa rotina pedagógica é fundamental para garantir coerência, intencionalidade e eficácia no trabalho desenvolvido, consolidando uma escola democrática, participativa e comprometida com a aprendizagem de qualidade.



6. FORMAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem na EEEM Professor Getúlio César Rodrigues Guedes está fundamentada em uma concepção formativa, contínua e processual, conforme estabelecem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Operacionais da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (2025). Sua função transcende a simples atribuição de notas, pois visa compreender e acompanhar o desenvolvimento dos estudantes em suas múltiplas dimensões: cognitiva, afetiva, psicomotora e social.

6.1. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Realizada no início de cada período letivo ou ciclo de aprendizagem, tem como objetivo identificar os conhecimentos prévios, as potencialidades e as dificuldades dos estudantes. A partir dela, são traçadas estratégias pedagógicas de intervenção, recomposição ou enriquecimento, personalizando o processo de ensino.

6.2. AVALIAÇÃO FORMATIVA (PROCESSUAL)

Acontece ao longo do processo de ensino-aprendizagem, com o intuito de fornecer feedbacks contínuos aos estudantes e orientar as práticas docentes. Permite que o professor monitore o progresso dos alunos em relação às competências estabelecidas e promova ajustes nas metodologias de forma eficaz e responsiva.

6.3. AVALIAÇÃO SOMATIVA

É realizada ao final de um período letivo com o objetivo de medir os resultados da aprendizagem e registrar os avanços alcançados. Nela, são atribuídas notas ou conceitos, que se integram à composição da média bimestral ou anual do estudante, conforme previsto no regimento escolar.

6.4. AVALIAÇÃO FINAL

Destinada à certificação dos estudantes ao final do ano ou etapa de ensino, especialmente para aqueles que participaram dos processos de

recuperação final. Possui caráter decisivo na verificação do cumprimento dos objetivos propostos para o ciclo formativo.

6.5. AUTOAVALIAÇÃO

Instrumento que permite ao estudante refletir sobre seu próprio processo de aprendizagem, identificando conquistas, dificuldades e metas de melhoria. Estimula a responsabilidade, a autonomia e o protagonismo juvenil, sendo incentivada ao longo dos itinerários formativos e na formação geral básica.

6.6. AVALIAÇÃO POR PARES

Envolve a participação dos próprios estudantes no processo avaliativo, promovendo a escuta, o senso crítico e a capacidade de argumentação. Essa forma de avaliação demanda o uso de critérios objetivos (rubricas) previamente acordados e é especialmente eficaz em atividades colaborativas, seminários e projetos.

6.7. OBSERVAÇÃO DIRETA

Realizada cotidianamente pelos professores, baseia-se na análise da participação, da interação, da postura ética e da capacidade de convivência dos estudantes. É uma ferramenta essencial para a construção de registros significativos que dialoguem com o desenvolvimento integral do educando.

6.8. INSTRUMENTOS AVALIATIVOS DIVERSIFICADOS

Para atender aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, a escola adota uma gama de instrumentos, tais como:

- Provas escritas e orais;
- Trabalhos individuais e em grupo;
- Projetos interdisciplinares;
- Portfólios;
- Diários de bordo;
- Relatórios e seminários;
- Rubricas avaliativas.

Essas práticas são coerentes com o compromisso da escola com uma avaliação que **promova a equidade**, respeite a diversidade dos contextos educacionais e valorize os **percursos individuais** dos estudantes no processo de aprender e se desenvolver.

7. PROJETOS INTEGRADORES E INTERDISCIPLINARES

A EEEM Professor Getúlio César Rodrigues Guedes adota, em sua proposta pedagógica, o desenvolvimento de **projetos integradores** como estratégia de articulação entre as áreas do conhecimento, promovendo aprendizagens significativas e contextualizadas. Esses projetos são desenvolvidos com base na metodologia da **Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP)**, incentivando o protagonismo estudantil, a investigação científica, a cooperação e a resolução de problemas reais do cotidiano escolar e comunitário.

Os **Projetos Integradores I e II**, conforme orientações da SEE/PB, são planejados para ocorrer em aulas geminadas e organizados em temas que dialogam com os quatro pilares da educação (aprender a conhecer, fazer, conviver e ser). Tais práticas ampliam as oportunidades de desenvolvimento de competências socioemocionais, raciocínio lógico, pensamento crítico, criatividade, e o exercício da cidadania participativa

8. ATENDIMENTO À DIVERSIDADE E INCLUSÃO

O compromisso com uma educação inclusiva e equitativa orienta a atuação da EEEM Professor Getúlio César Rodrigues Guedes no acolhimento da diversidade humana. A escola garante atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial por meio de salas de recursos multifuncionais (SRM) e Atendimento Educacional Especializado (AEE), com planos individualizados elaborados em conjunto com os professores regulares, famílias e demais profissionais da equipe multiprofissional.

Adicionalmente, são asseguradas adaptações curriculares, uso de tecnologias assistivas e estratégias personalizadas para garantir o acesso,

permanência e desenvolvimento dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA), altas habilidades/superdotação e outras necessidades específicas. A escola elabora Planos Educacionais Individualizados (PEIs), conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), respeitando os ritmos e estilos de aprendizagem de cada estudante.

9. RELAÇÃO COM A COMUNIDADE ESCOLAR

A construção de uma escola democrática e participativa passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos vínculos entre a gestão escolar, os profissionais da educação, os estudantes e suas famílias. A EEEM Professor Getúlio César Rodrigues Guedes promove uma **comunicação eficaz e contínua com a comunidade escolar**, utilizando canais acessíveis como reuniões presenciais, comunicados impressos, aplicativos de mensagens e redes sociais institucionais.

As **reuniões família-escola** ocorrem ao final de cada período letivo, com o objetivo de dialogar sobre o desempenho acadêmico dos estudantes, sua frequência, desafios enfrentados e estratégias para o fortalecimento das aprendizagens. Essas reuniões também são oportunidades para reconhecimento de conquistas e para o planejamento conjunto de ações futuras. A escola garante a presença dos diversos segmentos da equipe escolar nessas reuniões e realiza atendimentos individualizados quando necessário.

Além disso, a escola realiza **eventos pedagógicos e culturais**, oficinas temáticas, feiras, rodas de conversa e projetos comunitários, promovendo o sentimento de pertencimento e o protagonismo dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

10. AMBIENTES E ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA

A EEEM Professor Getúlio César Rodrigues Guedes, dispõe de uma estrutura física adequada ao funcionamento do Ensino Médio em tempo parcial, com funcionamento nos turnos manhã, tarde e noite. Sua infraestrutura é organizada de modo a favorecer o desenvolvimento das atividades pedagógicas,

administrativas e de apoio à comunidade escolar, de acordo com os parâmetros definidos pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba.

10.1. AMBIENTES PEDAGÓGICOS

- **Salas de Aula:** A escola conta com salas de aula amplas e arejadas, distribuídas entre a unidade sede e a unidade anexa na zona rural. Os ambientes são mobiliados com carteiras escolares individuais e equipados com ventiladores e quadros brancos.
- **Biblioteca Escolar:** Espaço destinado à leitura, pesquisa e estudo, com acervo físico de livros didáticos, literários e paradidáticos. A biblioteca também serve de apoio a projetos pedagógicos de incentivo à leitura.
- **Laboratório de Informática:** Equipado com computadores com acesso à internet, utilizados em aulas interdisciplinares, pesquisas e formações. É um espaço importante para o desenvolvimento de competências digitais.
- **Espaços de Aprendizagem Anexos:** Funcionamento em prédio cedido pela prefeitura, na zona rural, com salas adaptadas para atividades escolares regulares.

10.2. AMBIENTES ADMINISTRATIVOS E DE APOIO

- **Diretoria e Coordenação Pedagógica:** Salas destinadas à gestão administrativa e ao acompanhamento pedagógico das atividades escolares.
- **Secretaria Escolar:** Setor responsável pelo atendimento da comunidade escolar, arquivo de documentos e registros acadêmicos.
- **Sala dos Professores:** Espaço destinado ao planejamento, reuniões pedagógicas e descanso dos docentes entre os turnos.
- **Cozinha e Refeitório:** Estrutura adequada para o preparo da merenda escolar e distribuição das refeições dos estudantes, conforme as normas do PNAE.
- **Banheiros:** Disponibilização de sanitários para alunos e servidores, distribuídos de acordo com os blocos e turnos de funcionamento.



10.3. ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- **Pátio Coberto:** Utilizado para atividades de convivência, eventos escolares, assembleias, apresentações culturais e recreação.
- **Quadra Poliesportiva (a ser solicitada):** A escola ainda não possui ginásio de esportes próprio, o que representa uma lacuna em sua estrutura. Atividades físicas e esportivas são realizadas em espaços alternativos e, quando necessário, em parceria com instituições do entorno.

10.4. ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

- A escola possui **rampas de acesso** em parte da unidade sede, no entanto ainda há necessidade de ampliação das condições de acessibilidade nos demais ambientes.
- Conta com o trabalho de cuidadores escolares, intérpretes (quando necessário) e uso de recursos adaptados para atender estudantes público-alvo da Educação Especial.

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular da EEEFM Professor Getúlio César Rodrigues Guedes está fundamentada na **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, no **Currículo da Rede Estadual da Paraíba**, e nas **Diretrizes Operacionais da Educação de Tempo Parcial**, respeitando a legislação vigente e as especificidades do contexto local. A proposta curricular visa garantir uma formação integral, crítica e emancipadora, contemplando os princípios da interdisciplinaridade, equidade, diversidade e protagonismo estudantil.

11.1. ESTRUTURA CURRICULAR GERAL

A matriz curricular do Ensino Médio é composta por duas partes integradas:

- **Formação Geral Básica (FGB):** Compreende as áreas do conhecimento — Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais

Aplicadas — organizadas com base nas competências e habilidades da BNCC, com carga horária de 2400 horas ao longo das três séries.

- **Itinerários Formativos:** Conjunto de componentes e atividades que ampliam e aprofundam os conhecimentos da Formação Geral. São compostos por:
 - **Aprofundamentos interdisciplinares;**
 - **Eletivas** (componentes de livre escolha do estudante);
 - **Projetos Integradores;**
 - **Trilhas de Interesse e Clube de Protagonismo;**
 - **Projeto de Vida.**

11.2. ORGANIZAÇÃO POR ÁREA DO CONHECIMENTO

A escola organiza seu currículo de forma articulada por áreas do conhecimento, com a presença de **coordenações de área** que integram os docentes e fortalecem o trabalho pedagógico coletivo. As áreas são:

- **Linguagens e suas Tecnologias** (português, Arte, Educação Física, Língua Inglesa);
- **Matemática e suas Tecnologias;**
- **Ciências da Natureza e suas Tecnologias** (Biologia, Física, Química);
- **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas** (História, Geografia, Sociologia, Filosofia).

11.3. PROJETOS INTEGRADORES E INTERDISCIPLINARES

Previstos nas diretrizes estaduais, os **Projetos Integradores I e II** são desenvolvidos de forma interdisciplinar, com temas voltados à realidade dos estudantes e ao território onde a escola está inserida. Esses projetos fortalecem o protagonismo estudantil, a pesquisa, a autonomia e a resolução de problemas sociais, culturais e ambientais.

11.4. PROJETO DE VIDA

Componente curricular obrigatório na Rede Estadual da Paraíba, o Projeto de Vida visa apoiar o estudante na construção de sua identidade, metas pessoais

e profissionais, autonomia, e habilidades socioemocionais. É desenvolvido de forma transversal, com metodologias ativas e acompanhamento contínuo.

11.5. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é contínua, diagnóstica, processual e formativa. São utilizados diversos instrumentos (provas, portfólios, autoavaliações, projetos, seminários etc.) para acompanhar o desenvolvimento das competências previstas. Os resultados orientam intervenções pedagógicas e estratégias de recomposição da aprendizagem.

11.6. ADAPTAÇÕES CURRICULARES E INCLUSÃO

A escola assegura o direito à aprendizagem por meio de **adaptações curriculares**, Planos Educacionais Individualizados (PEIs) e uso de recursos de acessibilidade, garantindo que todos os estudantes — inclusive os da Educação Especial — tenham acesso ao currículo, respeitando seus ritmos, potencialidades e necessidades.

12. PROGRAMAS EDUCACIONAIS DA REDE ESTADUAL DA PARAÍBA

A EEEFM Professor Getúlio César Rodrigues Guedes participa ativamente dos programas educacionais promovidos pela **Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB)**, bem como de olimpíadas nacionais do conhecimento, que têm como objetivo valorizar a aprendizagem, incentivar o protagonismo estudantil, promover talentos e estimular o desempenho acadêmico dos estudantes em diferentes áreas do saber.

Esses programas e ações são articulados à proposta pedagógica da escola, fortalecendo o currículo, ampliando oportunidades educativas e conectando a escola às demandas sociais, culturais e científicas do mundo contemporâneo. A seguir, são destacados os principais programas implementados na escola e as olimpíadas que integram sua rotina formativa:

Tabela 1 – Programas da SEE-PB e Olimpíadas do Conhecimento

Nome do Programa/Olimpíada	Descrição/Objetivo
Se Liga no ENEM	Programa de preparação para o ENEM com foco em revisão de conteúdos, simulados e estratégias de aprovação.
Desafio Nota 1000	Incentivo à produção textual e excelência em redação para o ENEM.
Arte em Cena	Festival estudantil que valoriza a expressão artística e cultural dos estudantes.
Minha Escola Antirracista	Programa de formação para combate ao racismo e promoção da equidade racial no ambiente escolar.
Ouse Criar	Incentivo à inovação e à criatividade dos estudantes por meio de projetos autorais.
FLIREDE	Feira Literária das Escolas da Rede Estadual, que valoriza a leitura, literatura e produção textual.
Conexão Mundo Paraíba	Programa de intercâmbio cultural e linguístico para estudantes da rede estadual com foco no idioma inglês.
Jovem Senador	Projeto do Senado Federal que seleciona redações de estudantes para representação em Brasília.
Jogos Escolares da Paraíba (JEPS)	Competição esportiva estadual que desenvolve a prática esportiva e o espírito de equipe.
Acolhimento	Ação contínua de escuta, integração e apoio psicossocial aos estudantes, especialmente os ingressantes.

Tabela 2 - Olimpíadas Nacionais do Conhecimento

Nome da Olimpíada	Área do Conhecimento	Objetivo
Olimpíada Brasileira de Matemática – OBMEP	Matemática	Estimular o estudo da matemática e identificar talentos nas escolas públicas.
Olimpíada Brasileira de Astronomia – OBA	Ciências / Astronomia	Incentivar o interesse pelas ciências espaciais e astronômicas.
Olimpíada Brasileira de Foguetes – OBAFOG	Física / Engenharia	Promover a construção e lançamento de foguetes como forma prática de ensino.
Olimpíada de Língua Portuguesa	Leitura e Produção Textual	Desenvolver competências de leitura, escrita e interpretação.

Esses programas e olimpíadas contribuem para a formação integral dos estudantes, proporcionando experiências significativas que vão além do currículo formal. A escola estimula a ampla participação dos discentes e docentes nessas iniciativas, valorizando o conhecimento como ferramenta de transformação pessoal e social.



13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político-Pedagógico da EEEFM Professor Getúlio César Rodrigues Guedes representa o compromisso coletivo de todos os segmentos da comunidade escolar com uma educação pública, gratuita, inclusiva, democrática e de qualidade. Fruto de uma construção participativa, este documento sintetiza as diretrizes que norteiam a organização da escola, sua identidade institucional, seus objetivos educacionais e as práticas pedagógicas que sustentam o processo formativo dos estudantes.

A partir de um diagnóstico minucioso da realidade escolar — que considerou os dados do rendimento acadêmico, infraestrutura, necessidades locais, participação da comunidade e diretrizes normativas — foram estabelecidos metas, princípios e estratégias para a superação dos desafios e o fortalecimento das potencialidades da escola.

O PPP valoriza a formação integral dos estudantes, respeitando a diversidade, incentivando o protagonismo juvenil, promovendo a equidade, e articulando os saberes científicos, culturais e sociais com as experiências de vida dos educandos. Nesse contexto, as práticas pedagógicas são pensadas a partir da interdisciplinaridade, da avaliação formativa, da recomposição das aprendizagens e da inclusão como valores inegociáveis.

Este documento reconhece também a importância dos programas institucionais da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba e das Olimpíadas do Conhecimento como instrumentos de ampliação das oportunidades educacionais, valorização de talentos e construção de projetos de vida para os estudantes.

Mais do que um conjunto de diretrizes formais, o PPP é um instrumento vivo, dinâmico e reflexivo, que deve ser constantemente revisitado, avaliado e aprimorado. Sua efetividade depende do engajamento diário de toda a comunidade escolar, em uma gestão baseada na escuta, na corresponsabilidade e na busca por uma educação que transforme realidades e promova justiça social.



Ao reafirmar os princípios aqui estabelecidos, a EEEFM Professor Getúlio César Rodrigues Guedes fortalece sua missão de ser uma escola comprometida com a formação cidadã, com a aprendizagem de qualidade e com a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 maio 2025.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democracia e educação: uma pedagogia para a modernidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Operacionais para o Ensino Médio em Tempo Parcial – 2025**. João Pessoa: SEE-PB, 2024.

PARAÍBA. **Decreto nº 38.745, de 8 de agosto de 2018**. Regulamenta a organização e funcionamento dos Conselhos Escolares na Rede Estadual de Ensino da Paraíba. Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, 9 ago. 2018.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, José Francisco. **Qualidade da educação: consensos e polêmicas**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 42, p. 816–840, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2005.





VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1998.

